

Hipólito da Costa e seu tempo¹

Lavina Madeira Ribeiro

Resumo

O *Correio Braziliense*, de Hipólito da Costa, difundiu os princípios de formação da esfera pública política brasileira, de inspiração iluminista e liberal. Sua estrutura antecipa em seis a sete décadas um padrão de jornalismo, por um lado, com ambições financeiras e empresariais e, por outro, com o desenvolvimento de gêneros não apenas opinativos, mas também informativos, publicitários e uma diversidade considerável de práticas editoriais não apenas no campo político, como também no cultural (artístico, científico e filosófico).

Palavras-chave:

Hipólito da Costa, Correio Braziliense, Jornalismo, História, Política

Hipólito da Costa and his time

Abstract

The *Correio Braziliense*, from Hipólito da Costa, was the first periodic to defend the ideas of Enlightenment and liberalism at Brazil. Its monthly forty pages anticipated a very important pattern of journalism, structured both with financial aims and critical vision of Portuguese absolutism. It prepared Brazilian readers to assume effective participation on the political public sphere and its constitutional form.

Key words:

Hipólito da Costa, Correio Braziliense, Journalism, History, Politics

Sobre a autora

Doutora em Ciências
Sociais pela
Universidade de
Campinas (Unicamp),
docente da Faculdade
de Comunicação
da Universidade de
Brasília (UnB).
lavinamadeira@yahoo.
com.br

O jornal *Correio Braziliense*, de Hipólito da Costa, difundiu muitos dos princípios de formação da esfera pública política brasileira, de inspiração iluminista e liberal. O *Correio Braziliense* imaginou e delimitou regras de funcionamento e parâmetros de reflexividade públicos, numa forte incorporação de elementos da esfera dos conhecimentos filosóficos, políticos, artísticos e científicos em ebulição na Europa. Encontra-se nele um padrão amadurecido de jornalismo crítico, com ampla intersecção com o modelo das instituições criadas no processo de delimitação do novo espaço público emergente no interior da esfera privada das sociedades modernas. Sua estrutura antecipou em seis a sete décadas um padrão de jornalismo, por um lado, com ambições financeiras e empresariais e, por outro, com o desenvolvimento de gêneros não apenas opinativos, mas também informativos, publicitários e uma diversidade considerável de práticas editoriais não apenas no campo político, como também no cultural (artístico, científico e filosófico).

O ideário do jornal estava em sintonia com a formação cultural e política das camadas que, apesar de desmobilizadas, integrariam as futuras esferas do debate político em Portugal e no Brasil. Normativamente, Hipólito da Costa fixou um conjunto de atributos que certamente influenciaram as manifestações jornalísticas emergentes nos movimentos pela Independência. Atributos importantes para a delimitação do espaço e da natureza da atuação da imprensa nas duas formas de apropriação predominantes durante o século XIX: como instrumento estratégico de mobilização política e como prática de atualização, crítica e julgamento dos fatos, orientada por uma reiterada competência, formalmente legitimada, de orientar-se por um ponto de vista “imparcial”, correspondente a um suposto “interesse público”. Em ambas as formas o jornalismo tem por finalidade básica, portanto, a formação de “opinião pública”. Esta delimitação institucional inclui a defesa da liberdade de imprensa como parte do pressuposto liberal mais amplo que dispõe sobre os direitos individuais de acesso à informação e de julgamento sobre os assuntos públicos, incluídos os de exclusivo domínio do Estado.

Foram poucas e quase sempre frustradas as tentativas de impressão tipográfica no Brasil do período colonial. Este é um tema de necessária reflexão para que se possa vislumbrar em profundidade as feições tão peculiares que adquiriu o surgimento da imprensa em solo brasileiro. Portugal não ofereceu condições propícias ao florescimento desta atividade em seus domínios. Razões para tanto têm origem no âmbito da sua própria sociedade reinol, fechada numa religiosidade extremosa, praticamente isolada do espírito cosmopolita emergente nos grandes e agitados centros urbanos comerciais do continente europeu, e no perfil de um poder monárquico minado pela intolerância jesuítica ao humanismo renascentista e francamente hostil a qualquer escritura fora dos limites já anacrônicos

¹ Artigo baseado no livro *Imprensa e Espaço Público – A Institucionalização do Jornalismo no Brasil (1808 – 1960)*, de Lavina Ribeiro.

da escolástica medieval. Até a segunda metade do século XVIII, o ensino na Universidade de Coimbra e nas escolas dominadas pelos jesuítas encontrava-se fortemente defasado em relação às demais academias europeias. Inexistiam disciplinas humanísticas (direito, filosofia, história, geografia, letras), experimentais (matemática, física, medicina), assim como o ensino da própria língua portuguesa. Situação modificada somente com a reforma do ensino empreendida pelo marquês de Pombal, a partir da extinção da presença jesuítica nos territórios portugueses, em 1759.

Embora a primeira publicação portuguesa considerada como um periódico date de 1641², época relativamente próxima àquela em que surgiram os primeiros periódicos em várias cidades europeias, muito pequena foi sua contribuição para a formação de uma nova esfera de discursividade pública. Por um lado, conforme Rizzini (1988: 105), “na censura e taxação das edições intervinham seis autoridades civis e eclesiásticas”, e por outro, seus relatos, apesar de conterem características que remetiam aos primórdios da prática jornalística, com notícias sobre eventos recentes de possível interesse para um público genérico, apenas reafirmavam as hierarquias de valor, comportamento e poder político vigentes. Sob esta censura ininterrupta do Estado e da Igreja, sob critérios parcimoniosos de discursividade, dentro de uma sociedade iletrada e alheia aos novos horizontes humanistas dos demais centros europeus, surgiram posteriormente, entre silêncios de décadas, alguns poucos periódicos até o início do século XIX, quando só então emergiu um jornalismo voltado para a defesa de causas políticas, entre elas, a da monarquia constitucional. Um jornalismo que sobreviveu apesar das investidas concretas da censura régia, sobretudo porque a Corte lá não mais estava defendendo a perenidade do seu poder absolutista e da sociedade a ele submetida.

Portugal impôs aos seus domínios severos limites à publicação de livros e, posteriormente, também de periódicos. Desde o início do século XVI até 1820, estavam ambos sujeitos à aprovação de uma tríplice instância censória, composta pelo episcopado, pela Inquisição e pelo desembargo do Paço, além de um outro imposto pela cúria Romana a partir de 1624, concernente à aprovação da circulação de livros impressos; instâncias essas suspensas somente durante as duas décadas do ministério de Pombal, quando substituídas pela sua Mesa Censória. A ação dos censores tinha nos representantes do Santo Ofício a sua expressão mais concreta e visível com, segundo Rizzini (1988: 235),

todo um arsenal para intimidar, desesperar e punir os homens de pensamento: o cárcere, os tormentos, o auto-de-fé, as abjurações, a reclusão, o confisco, a infamação, o sambenito e a fogueira.

² Ele se intitulava *Gazeta em que se relatam as novas todas, que houve nesta corte, e que vieram de várias partes no mês de novembro de 1641*.

Tais controles repercutiam no Brasil sob diversas formas: impedindo, com poucas exceções, que escritores oriundos da Colônia descrevessem sua história, geografia, costumes e modos de vida; confiscando obras, proibindo o comércio de livros, a difusão de bibliotecas; dificultando a instalação de tipografias em solo brasileiro e, por conseguinte, a publicação de livros e demais formas de expressão artística, científica e jurídica; fatores esses que contribuíram sobremaneira para o analfabetismo e o isolamento intelectual de quase toda a população colonial. Nesses três séculos de obscuridade, contentou-se a Colônia com as bibliotecas de alguns conventos, mosteiros e colégios, com as poucas publicações de brasileiros ou aquelas trazidas pelos reinóis, seus livros e escassos periódicos, com os dispersos movimentos literários organizados com o conhecimento da Coroa e com as efêmeras formas locais de comunicação pública: as folhas manuscritas com sátiras, versos populares, protestos, difamações e louvores. Eles formavam, apesar de localizados, restritos e diferenciados, pequenos públicos que se comoviam, opinavam e tomavam partido nas contendas que promoviam.

Os primeiros sintomas de mudanças surgiram, no Brasil, com as conjurações mineira, em 1789, e baiana, em 1798. Os autos das devassas demonstraram que seus integrantes estavam familiarizados com a literatura reformista e revolucionária do iluminismo francês, contrário à escravidão, ao tráfico negreiro, anticolonialista, crítico às políticas de monopólio do mercantilismo colonial e, decorrentemente, ao próprio sistema absolutista de governo; defensores do livre-comércio e dos movimentos de insurreição das colônias. Aos conjurados de Vila Rica acrescenta-se o entusiasmo causado pela independência das colônias americanas e, aos da Bahia, a influência do processo revolucionário francês. A censura portuguesa não podia mais controlar como antes o ingresso no Brasil destas informações e das obras científicas, políticas e literárias discutidas em Portugal e na França, trazidas e cultivadas por brasileiros aqui nascidos que para lá se dirigiam em número crescente, com a finalidade de adquirir títulos universitários.

O primeiro jornal impresso em solo brasileiro, à exceção de algumas tentativas frustradas e de esparsos jornais manuscritos, foi implantado a partir do decreto real de 13 de maio de 1808, que autorizava a criação da Imprensa Régia no Brasil³. Uma situação inédita se pensada do ponto de vista histórico da origem privada da imprensa, ou seja, do seu surgimento no terreno das novas práticas discursivas da sociedade civil emergente. Mas ao mesmo tempo em que se inaugurava oficialmente a implantação desta imprensa “nativa”, denominada de *Gazeta do Rio de Janeiro*, cujo primeiro número data de 10 de setembro de 1808, já circulavam no Brasil os primeiros exemplares do jornal *Correio Braziliense*, editado em Londres em junho do mesmo ano pelo brasileiro Hipólito da Costa,

³ A Imprensa Régia foi instituída em Portugal, em 1768, por decisão do marquês de Pombal.

cujas páginas conclamavam os leitores a abrirem suas portas ao esclarecimento, às luzes do conhecimento e às lutas que engendram contra o “labyrintho da apathia, da ineptia, e do engano”⁴.

A fuga da corte portuguesa para o Brasil, em novembro de 1807, decorrente da invasão francesa, criou uma situação inesperada para o país ao torná-lo, subitamente, a sede da monarquia portuguesa e, mais do que isso, ao expô-lo diretamente aos circuitos das práticas econômicas e das idéias políticas e culturais predominantes nas sociedades européias. A *Gazeta do Rio de Janeiro* foi apenas mais uma dentre as deliberações tomadas por D. João VI no sentido amplo de “implantar” no Brasil as instituições executivas, jurídicas, militares, diplomáticas e culturais necessárias ao funcionamento da monarquia no país. Seu lançamento, no mesmo ano de chegada da Corte, deve-se, em parte, a fatores fortuitos como, por exemplo, à atitude pessoal do Conde da Barca de, na pressa da fuga, mandar embarcar os prelos recém-adquiridos em Londres com a finalidade de servirem à Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Quando desembarcados no Brasil, D. João VI, em 13 de maio de 1808, manteve-os ainda sob o controle desta Secretaria, destinando-os à impressão de seus atos legislativos e diplomáticos e, também, de “todas e quaisquer outras obras”⁵ (Veríssimo: 1900, 51) – entre elas, a *Gazeta do Rio de Janeiro*.

A *Gazeta* pertencia à Secretaria e era redigida por seus oficiais. Nas suas quatro a oito páginas bissemanais, durante os quatorze anos em que circulou, foram impressas notícias do estrangeiro, da família real, atos do governo e muitos anúncios. Apesar de declarar, logo no primeiro número, que não era uma publicação oficial do governo, suas edições feitas pela Imprensa Régia e administradas por membros do Estado português, além de submetidas aos seus censores. A tipografia real e a *Gazeta* foram, na verdade, os órgãos precursores da imprensa oficial de todas as formas posteriores de governo do país. Assim como a Imprensa Régia, em 1821, passou a denominar-se Imprensa Nacional, a *Gazeta do Rio de Janeiro* desapareceu a 31 de dezembro de 1823 para ressurgir, a 2 de janeiro de 1824, como *Diário do Governo* – assumidamente um órgão oficial estampando inclusive as armas imperiais brasileiras⁶.

A *Gazeta* não pode ser considerada como uma prática jornalística genuinamente brasileira. Ela era uma estrangeira, à medida que não abrangia os fatos da realidade local e se dirigia, sobretudo, aos integrantes da corte portuguesa recém-instalada no país. Seu ponto de vista era o da fala monárquica. Ela satisfazia, por um lado, as demandas desta fala de dar conhecimento a toda a corte e afins de seus atos oficiais e, por outro, às expectativas desta corte de não perder o desenlace de assuntos palacianos e internacionais a que foi provisoriamente coagida submeter-se de forma tão radical.

⁴ Trecho da “Introdução” do primeiro exemplar do *Correio Braziliense*, escrito por Hipólito da Costa, em junho de 1808.

⁵ Essa é uma citação de um trecho do decreto real de 13 de maio de 1808, que cria a Imprensa Régia e autoriza outras publicações no país.

⁶ A *Gazeta do Rio de Janeiro* foi transformada, sucessivamente, em *Diário do Governo*, *Diário Fluminense*, *Correio Oficial* e *Gazeta Oficial do Brasil*, até o atual *Diário Oficial da República*.

Já o *Correio Braziliense* ou *Armazém Literário*, como também era denominado por Hipólito da Costa, apesar de impresso em Londres, pode ser justamente considerado, neste período de permanência da corte no Brasil, como o fez Rizzini (1988: 341), “o nosso único jornal informativo, doutrinário e pugnaz”. Hipólito nasceu no sul do país, às margens do Prata, estudou leis e filosofia em Coimbra e, em 1798, embarcou para o México e Filadélfia, onde encontrou as bases do seu discurso jornalístico liberal e progressista e o apoio maçônico para seus empreendimentos pessoais. Este apoio o levou a ser preso pela polícia portuguesa entre os anos de 1802 e 1805, quando foi para a Inglaterra, e lá conseguiu estabelecer-se sob a proteção do duque de Sussex, chefe da maçonaria inglesa e irmão do príncipe regente da Grã-Bretanha.

O *Correio Braziliense* era um periódico mensal relativamente caro para o poder aquisitivo das populações urbanas livres da época, chegando ao Brasil, por vezes, com três ou quatro meses de atraso (Rizzini, 1957: 19)⁷, mas que compensava estes entraves com o grande número de páginas impressas e a novidade de um discurso fundamentalmente informativo, analítico e opinativo. É o primeiro periódico a discutir publicamente questões até então particulares do Estado português, ancorado na premissa da liberdade individual de expressão.

Os usos que Hipólito da Costa fazia do termo “público” ainda eram ambíguos e basculantes. Isto repercutia na definição do perfil e da localização institucional da imprensa. Assim, por exemplo, no texto inaugural do primeiro número do *Correio Braziliense*, quando ele definiu “o trabalho dos redatores das folhas públicas”, tem-se um primeiro postulado da finalidade institucional da imprensa, “quando estes, munidos de uma crítica, e de uma censura adequada, representam os fatos do momento, as reflexões sobre o passado, e as sólidas conjecturas sobre o futuro”. Estas obras “excitam a curiosidade pública”.

Hipólito acrescentou ainda um papel estratégico de mobilização política da imprensa exemplificando com a atuação dos folhetos escritos por Craesbeck, em 1649, em que descrevia os conflitos em torno da aclamação de D. João IV, responsáveis, segundo Hipólito da Costa, pelo envolvimento de toda a população em sua defesa. De acordo com suas palavras, o Brasil estaria precisando dos “socorros” destes “jornais políticos” capazes de “comprar a liberdade e independência de uma nação”. E por estes argumentos procurava conferir legitimidade à sua empresa pessoal, o *Correio Braziliense*:

longe de imitar só, o primeiro despertador da opinião pública nos fatos, que excitam a curiosidade dos povos, quero, além disso, traçar as melhorias das ciências, da artes, e numa palavra de tudo aquilo, que pode ser útil à sociedade em geral. Feliz eu se posso transmitir a uma nação

⁷ De acordo com Rizzini, “começou o *Correio* a ser publicado em junho de 1808, na oficina de W. Lewis, e continuou pontualmente todos os meses, até dezembro de 1822, num total de 175 números, de 72 a 140 e mais páginas in - 8º (o de agosto de 1812 tinha 236 páginas), perfazendo 29 volumes.[...] Custava o exemplar no Rio de Janeiro, ao tempo da Independência, a exorbitância de 1\$ 280 (o porte ficava em 110 réis, mais ou menos), segundo anunciava o negociante J. J. Dodsworth”.

longínqua e sossegada, na língua, que lhe é mais natural, e conhecida, os acontecimentos desta parte do mundo, que a confusa ambição dos homens vai elevando ao estado da mais perfeita barbaridade. O meu único desejo será de acertar na geral opinião de todos... (*Correio Braziliense*, vol. I, jun. 1808: 3-4.)

Em outro editorial, do exemplar de setembro de 1808, Hipólito da Costa reafirmava a posição institucional em que pretendia localizar o jornalismo: “referir com imparcialidade as memórias do tempo e dar todos os dados possíveis ao leitor para ajuizar das causas dos acontecimentos e, quando couber na alçada humana, preconizar-lhe as conseqüências” (*Correio Braziliense*, vol. I, set. 1808: 318).

É bastante clara a demarcação do campo institucional do jornalismo: uma prática de atualização, crítica e julgamento dos fatos sociais orientada pelo ponto de vista “imparcial” do interesse “público”. O termo “público” compreende aqui os “indivíduos” (já referidos enquanto categoria política), os “homens”, os “povos”, a “nação”, a “sociedade em geral”. É, segundo Hipólito da Costa, de “direito natural” a “liberdade de escrever e de imprimir” que, “depois da invenção da imprensa, não é outra coisa mais do que a liberdade de falar, ou comunicar os pensamentos dos homens” (*Correio Braziliense*, vol. XIII, jul. 1814: 106).

Esse público genérico, que presumivelmente está sob o abrigo da premissa de iguais liberdade e competência de fala e juízo, não apenas se “excita”, mas tem “ardentes desejos” pelo conhecimento dos fatos e por novas idéias. Ao jornalismo, como instituição própria desse público e somente por ele legitimável, caberia assim a vital função de emancipar intelectualmente a “sociedade”, num esforço de referencialidade que abrange não só a atualização do conhecimento dos fatos sociais correntes, mas a própria educação científica, jurídica e artística deste público. A imprensa, segundo Hipólito da Costa, compartilharia com escolas e universidades a competência e finalidade de “instruir os homens” sobre os novos parâmetros de julgamento dos fatos e de sua racionalização, tarefa essa até então exclusiva da alçada de gerenciamento pelo Estado monárquico.

Um primeiro sentido do conceito de opinião pública – já como categoria política – em Hipólito da Costa é dado na sua oposição ao uso da violência física pelo Estado absolutista. O autor defende a idéia de que a legitimidade do Estado só pode se fundar no apoio da “opinião pública”. A “espada” se justificava nas lutas feudais por territórios. É um conceito, pois, inspirado pelas novas formas representativas de governo dos Estados Unidos e da Inglaterra, e, posteriormente, também pelas revoluções emancipadoras das colônias espanholas na América e pelos movimentos constitucionalistas de Nápoles, Sardenha, da Espanha e de Portugal.

A imprensa, segundo Hipólito da Costa, compartilharia com escolas e universidades a competência e finalidade de “instruir os homens” sobre os novos parâmetros de julgamento dos fatos e de sua racionalização, tarefa essa até então exclusiva da alçada de gerenciamento pelo Estado monárquico.

Hipólito tinha noções claras sobre a especificidade da prática jornalística. O compromisso formal da imparcialidade é sintomático da presença de uma noção amadurecida de cidadania no espaço público, porque somente por essa via a função de “representação” dos fatos pela imprensa pode ser aceita publicamente como referente de atualização genérico, ou seja, acessível e dirigido a todos os integrantes do público, sem privilégio de qualquer ordem – econômica, cultural, política e social. É própria da imprensa a definição de finalidades e vínculos singulares com a vida social, por meio do que veio a denominar-se de noticiamento dos fatos. Foi no espaço específico do fornecimento de uma referencialidade permanente, imediatamente posterior aos fatos, provisória, perecível, renomeável, que a notícia fixou sua especificidade institucional.

Em que pesem os assuntos e as formas de tratamento que Hipólito da Costa elegeu para as páginas do *Correio Braziliense*, ele provavelmente imaginava dialogar com um público composto por indivíduos à sua semelhança: letrados, economicamente autônomos, abertos aos novos circuitos de idéias econômicas e políticas liberais e progressistas, nacionalistas e favoráveis a mudanças políticas conduzidas pelas camadas esclarecidas da sociedade, com o consentimento pacífico da grande população que margeava estes grupamentos. Falava, talvez, como um procurador público do Brasil frente ao grande jurado acima imaginado. Em suas críticas, por exemplo, às jurisdições senhoriais e eclesiásticas, propunha a magistratura constituída por juizes formados “no estudo das leis” e a criação dos tribunais de júri.

Os leitores de Hipólito da Costa eram, provavelmente, os componentes do que se poderia denominar de elite brasileira, grande parte dela integrada aos quadros da burocracia estatal. Este corpo de servidores do Estado era recrutado entre a aristocracia rural e a pequena burguesia urbana. Diferentemente da elite inglesa, composta por grandes proprietários rurais, financeiramente independentes dos rendimentos auferidos em cargos públicos, a elite brasileira não necessariamente compartilhava uma mesma origem social, mas dependia, em geral, dos rendimentos obtidos no serviço público, e homogeneizava-se por treinamento e internalização de uma disciplina de carreira.

O conceito de notícia revelava-se, sobretudo, nos grandes acontecimentos históricos. Hipólito da Costa deu ampla cobertura às guerras napoleônicas, à ocupação francesa em Portugal, às negociações diplomáticas que se seguiram ao declínio do império napoleônico e acompanhou, durante doze anos, o curso das revoluções das colônias espanholas na América e a política de fronteiras entre Portugal e Espanha. Outro âmbito do seu noticiário concerniu às questões relativas à política econômica portuguesa no Brasil. Hipólito da Costa tematizou sobre a necessidade do livre-comércio,

Foi no espaço específico do fornecimento de uma referencialidade permanente, imediatamente posterior aos fatos, provisória, perecível, renomeável, que a notícia fixou sua especificidade institucional.

da abertura de mercados, do fim dos monopólios; sobre a falta de manufaturas, de vias de transporte e de comunicações. Propôs políticas agrícolas e novas técnicas de cultivo e pecuária, acompanhou a evolução dos preços dos produtos brasileiros no mercado externo e criticou duramente a política fiscal portuguesa. Criou também um amplo campo para a reflexividade pública em suas críticas à estrutura político-administrativa do Estado português. Hipólito da Costa defendia reformas que garantissem a liberdade de funcionamento das instituições civis. Era favorável à monarquia constitucional, à divisão e autonomia dos poderes, à supremacia das leis sobre a face despótica do Estado e à presença das camadas esclarecidas nas decisões, estruturas e negócios deste. Tais ideais se impunham por oposição ao que chamava de obscurantismo de ações, impunidade e arbitrariedade de administradores portugueses no Brasil.

O conceito de liberdade de imprensa se aplicava, portanto, amplamente, à liberdade de pensar, falar, debater e julgar os mais diversos temas da vida social, e se fazia extensivo às demais áreas da prática cultural. Hipólito da Costa elogiava o surgimento de bibliotecas, novos periódicos e publicações em geral, assim como transcrevia, no *Correio Braziliense*, trechos de obras literárias e intelectuais recentemente lançadas na Inglaterra. O discurso jornalístico de Hipólito da Costa confundia-se, assim, com aquele das emergentes esferas de conhecimento. Exemplo disso foi a transcrição mensal e quase integral, em nove edições do *Correio Braziliense*, dos *Princípios de Economia Política Aplicados à Legislação do Comércio*, de J.C.L. Simonde, autor cujas preocupações sociais influenciaram Marx e Engels. O *Correio Braziliense* ambicionava reproduzir a diversidade formal e temática da reflexividade pública da época para interlocutores ainda muito acanhados.

Nos quatorze anos em que mensalmente o *Correio Braziliense* circulou em terras portuguesas e brasileiras, Hipólito da Costa procurou sempre conciliar a instituição da representatividade do Estado, com a forma monárquica de governo. Suas proposições se encaminhavam, inspiradas no modelo inglês, para a defesa de uma monarquia constitucional que resguardasse ainda uma margem ampla de poder decisório às atribuições do monarca. Nestes apelos reformistas, emergem outras acepções das competências institucionais da imprensa. Ao mesmo tempo em que a finalidade da imprensa era a de criar o “costume de averiguar o público por si mesmo as questões que pertencem à Nação toda” (*Correio Braziliense*, vol. XIII, jul. 1814: 106), ou de “instruir quotidianamente o povo nos seus interesses” (*ibid.*, vol. XXV, nov. 1820: 568), cabia-lhe também alertar o governo sobre os perigos que ameaçavam sua integridade política, popularidade e competência de gestão econômica. Cabia “ajudarmos as vistas do Governo, e contribuirmos da nossa parte para o bem da Nação a que pertencemos” (*ibid.*, vol. XXVI, abr. 1816: 338).

O *Correio Braziliense* ambicionava reproduzir a diversidade formal e temática da reflexividade pública da época para interlocutores ainda muito acanhados.

Para Hipólito da Costa,

a forma de governo que existe no Brasil é a melhor que pode ter [...]. Provado pois ao povo, por meio de escritos e teoricamente, que a atual forma de governo é que lhe convém deve seguir-se o mostrar-lhe que a administração está por tal maneira arranjada, que procura sinceramente a sua felicidade. (*Correio Braziliense*, vol. VIII, mar. 1812: 377.)

Nessa perspectiva, o “público” do ensaísmo jornalístico do *Correio Braziliense* era ainda, em grande parte, o Estado português. Ancorado no apriorismo de uma suposta – em verdade, a histórica – “grandíssima distinção entre forma de governo e modo de administração” (*id.*, *ibid.*), Hipólito legitimava a necessidade da imprensa, nesse sistema, como elemento de mediação entre a “opinião do povo” e um Estado reformável, desde que sanadas suas resistências à assimilação dos novos conhecimentos jurídicos, econômicos e políticos de racionalização da sua administração estatal. Esta, segundo seus argumentos, ainda funcionava nas trevas do ocultamento de suas “contas públicas”, dos abusos, extorsões e arbitrariedades de maus administradores. Propunha trazer à luz da publicidade todo o labirinto anacrônico da burocracia estatal portuguesa e suas políticas administrativas, propondo-lhe uma nova roupagem que pudesse dar ao Estado uma flexibilidade capaz de absorver os avanços políticos, econômicos e culturais da emergente sociedade civil europeia.

Hipólito temia as revoluções, as reivindicações por formas democráticas de governo e o republicanismo. Temia, sobretudo, que o Brasil seguisse o exemplo das lutas de independência das colônias espanholas na América. Segundo Rizzini, Hipólito dedicou, de janeiro de 1810 a setembro de 1822, mais de 1500 páginas às revoluções destas colônias, “apoiou-as, evitando razões que pudessem aplicar-se ao Brasil” (Rizzini, 1957: 128). Dedicou tantas páginas à descrição de revoluções feitas irremediáveis devido à falta, segundo Hipólito, de “legitimidade” do governo.

O “sossego do Brasil”, segundo Hipólito, poderia vir a ser minado caso o Estado não extirpasse a face despótica das suas políticas e estruturas administrativas. Reformar o Estado passava, necessariamente, no entender de Hipólito da Costa, pela absorção de “homens instruídos” nos seus quadros. Esboça-se então uma outra finalidade institucional da imprensa, ligada a incentivar e atualizar, com informação e conhecimento de “tudo que vai se passando pelo mundo”, a formação de um corpo de servidores públicos capazes de gerenciar os negócios e interesses do Estado. Observa-se aqui uma redemarcação do perímetro e da finalidade de uma discursividade pública que envolve o Estado monárquico, e uma abertura deste aos segmentos esclarecidos da sociedade civil, com ambições de instru-

Hipólito temia as revoluções, as reivindicações por formas democráticas de governo e o republicanismo. Temia, sobretudo, que o Brasil seguisse o exemplo das lutas de independência das colônias espanholas na América.

mentá-lo na implementação de suas reformas. O “público-alvo” já não se confunde necessariamente com a “sociedade em geral”. O público são os efetivos e potenciais “operários” de um presumível Estado benevolente e solidário aos interesses e às “queixas do povo”⁸.

A historiografia brasileira dividiu-se basicamente em duas interpretações polares da atuação jornalística de Hipólito da Costa, cujos argumentos, entretanto, não se refutam mutuamente, se observados do ponto de vista da contribuição do *Correio Braziliense* para a formação de um espaço público político no país. Durante muito tempo foram unânimes os pareceres sobre o que foi considerado como o grande, único, lúcido, talentoso, patriota e abalizado empreendimento jornalístico de Hipólito da Costa⁹. Prevalece nesses atributos a perspectiva que contrasta a obra e o contexto em que ela se desenvolveu. O autor foi exaltado pela abrangência e intensidade de um empenho, realmente sem precedentes, no campo da formação liberal dos potenciais integrantes de um cenário político ainda inexistente no país.

Em setembro de 1957, entretanto, em texto aprovado com louvor pelos jornalistas presentes ao VII Congresso Nacional da categoria, Fernando Segismundo apresentou uma versão negativa do que até então se registrara sobre Hipólito da Costa, segundo ele, “uma sombra de homem, um falso maçom, um pseudo patriota, um sujeito vendido aos ingleses e a D. João” (Segismundo, 1962: 169)¹⁰.

Com este tom denunciou o que chamou de “servilismo”, por um lado, aos interesses econômicos ingleses, apoiando acordos com supostos prejuízos para o Brasil, apenas para fixar uma aparência de fidelidade ao rei da Inglaterra e suas adquiridas regalias como cidadão daquele país e, por outro, ao trono português, tendo em vista a necessidade de manutenção do suporte financeiro, feito pela Coroa por meio da compra de assinaturas do *Correio Brasiliense*. Com relação ao Brasil, Hipólito da Costa teria sido um “traidor”, porque sempre defendeu o domínio português no país e seu instituto monárquico, em detrimento das revoluções, dos movimentos de independência e das formas democráticas de governo republicano. Segismundo denunciou ainda o papel de Hipólito no agenciamento de armas e mercenários para as colônias espanholas, o apoio aberto às suas revoluções, quando a condição de maçom lhe vetava o estímulo à luta armada interna; e sua incoerência, com base neste mesmo princípio, ao justificar seu desestímulo a insurreições no Brasil. Hipólito teria sido ainda “venal” ao aceitar ser pago para caluniar pessoas e não macular a monarquia, a religião e a maçonaria, e “impostor”, ao fazer suas campanhas sobre idéias alheias, como o combate à escravidão, o apoio à imigração européia e à mudança da capital para o interior do país.

O fervor nacionalista de F. Segismundo, característico da época em que produziu seu texto, talvez não lhe tenha permitido o necessário

⁸ Disse Hipólito: “Mas que pode fazer um operário sem os instrumentos do seu ofício? Para El-Rei por em prática as suas boas intenções é preciso que tenha instrumentos próprios. Estes são os homens instruídos. Sem eles, nem terá com que se aconselhe, nem quem execute as suas resoluções. E como se hão de achar os homens instruídos, se os meios de educação se restringem e apoucam? Não se pode formar políticos sem estudos preliminares da sua ciência, a leitura da História, e o conhecimento do que atualmente se vai passando no mundo. Para esta última parte são essencialíssimas as obras periódicas. Se não as há no Brasil, onde hão de os brasileiros ir aprender este ramo de política?” *Correio Braziliense* vol. XI, dez. 1813, p. 924.

⁹ Historiadores da cultura e da política brasileira, desde o século XIX, elogiaram a atuação singular e decisiva de Hipólito da Costa. Francisco A. de Varnhagen (1975: 228) o considerava, em política, “tipo de bom patriota”. Sílvio Romero (1960: 655-657) o viu como “o jornalista mais notável do Brasil e Portugal no primeiro quartel do século XIX [...] nítida encarnação do talento brasileiro de boa seiva, ágil, ativo, entusiasta, amante das idéias livres e capaz de lutar por elas. [...] Foi um elemento de diferenciação, de luta, de oposição entre brasileiros e portugueses em nome de seus princípios, em nome da justiça e da liberdade”.

¹⁰ O autor, logo no início do texto, coloca-se frontalmente em oposição ao “consenso da grande maioria dos historiadores, homens de imprensa e críticos literários” sobre as “notáveis qualidades morais e de inteligência, ressaltando-lhe,

distanciamento para perceber que o *Correio Braziliense* não apenas difundiu – como parte da filosofia e literatura do seu tempo o fizeram –, valores e procedimentos liberais. Ele efetivamente os praticou, demonstrando concretamente de que modo esses valores deveriam redefinir o curso futuro dos processos sociais, em particular e, sobretudo, a relação entre Estado e sociedade civil. Para além das limitações que impôs à sua interpretação liberal do papel do Estado, traduzível num reformismo, de certo modo, oportunista, que procurava, por um lado, prestigiar as camadas esclarecidas e abastadas da sociedade civil e, por outro, mantinha a soberania política do monarca, Hipólito da Costa contribuiu expressivamente para mudanças qualitativas no modo de pensar e agir do que viria a se configurar concretamente como a sociedade civil portuguesa e, em especial, a brasileira. Muitos são os fatores que desencadearam, em 1820, a revolução do Porto e, em 1822, a Independência do Brasil. O liberalismo de Hipólito da Costa, certamente, não foi o principal responsável por esses movimentos, mas os instrumentalizou, ao longo dos anos, mesmo que, contraditoriamente aos seus textos, não os tenha apoiado. Entende-se assim, de forma mais ampla, a intenção de uma das mais citadas afirmações de Varnhagen (1975: 226):

não cremos que nenhum estadista concorresse mais, para preparar a formação no Brasil de um império constitucional, do que o ilustre redator do *Correio Brasiliense*.

Desde meados do século XVIII, sociedades secretas espalhavam-se por diversas capitanias, comunicavam-se mutuamente e tinham correspondentes em outros países como França, Inglaterra e Estados Unidos. O mesmo pode ser dito das oficinas e lojas maçônicas, diversificadas em seus objetivos e em suas vinculações a diversas nacionalidades, mas fiéis aos ideais libertários e em geral solidárias em suas ações frequentemente clandestinas. O deslocamento de jovens brasileiros para Coimbra, Montpellier ou Paris, o contato com os ideais iluministas, o olhar de longe sobre o país ao qual pertenciam, inspirados por novos valores de defesa da nacionalidade e patriotismo, o convívio com brasileiros de outras regiões, de diferentes origens sociais, a paridade adquirida de valores, conhecimentos e títulos, todos estes fatores contribuíram para a consolidação da idéia de uma nacionalidade livre.

A revolução constitucionalista do Porto, de 1820, desencadeou mudanças irreversíveis no cenário político português e brasileiro. Em abril de 1821 D. João VI regressou a Portugal deixando D. Pedro como Regente do Reino do Brasil. Foram circunstâncias externas à vida política brasileira que criaram condições propícias à emergência das primeiras manifestações jornalísticas essencialmente autóctones, produzidas em sua grande maioria, por brasileiros nativos arraigados em todos os sentidos à territorialidade nacional brasileira.

monocórdia, o patriotismo sem jaça, que o teria feito devotar o amargor do exílio à causa da Independência”.

Na cidade do Rio de Janeiro, entre junho de 1821 e dezembro de 1822, surgiram dezenas de jornais em defesa da Independência. As razões do seu aparecimento derivam das ameaças concretas que sombrearam as conquistas políticas e econômicas já adquiridas pelo país: as propostas de retorno do país ao regime de monopólio e à condição anterior de mera colônia portuguesa, a extinção de instituições jurídicas e administrativas aqui instaladas – com a demissão de mais de 2 mil funcionários –, a imposição de administradores fiéis a Portugal, entre outras ameaças. À proporção que cresciam essas intimidações, aumentavam as correlações de forças entre diferentes segmentos e classes que, potencialmente, seriam desfavorecidos por essas medidas. Todos eles passaram a lutar contra um inimigo político comum: a ameaça do retrocesso do país à condição colonial.

É consensual o pressuposto de que a imprensa ocupou uma posição fundamental na resistência à retrogradação das deliberações dos constituintes portugueses e no movimento pela Independência. Hipólito da Costa sentiu-se deslocado dentro desse processo, assim como a partir da Proclamação da Independência. O Brasil havia se emancipado politicamente e ele, Hipólito, a voz solitária dos tempos obscuros do despotismo português, já não encontrava o eco dos anos em que circulou sozinho pelo país. Em 1823 encerraram-se as edições de seu jornal.

Referências

- PEREIRA, Hipólito da Costa. *Diário da Minha Viagem para a Filadélfia*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira, 1955.
- RIBEIRO, Lavina. *Imprensa e Espaço Público: a Institucionalização do Jornalismo no Brasil (1808 - 1960)*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.
- RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1957.
- _____. *O livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil, 1880-1822: com um breve estudo geral sobre a informação*. ed. fac. sim. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.
- ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Tomo 2º, 6 ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1960.
- SEGISMUNDO, Fernando. *Imprensa Brasileira: Vultos e Problemas*. Rio de Janeiro: Edição Alba, 1962.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Tomo Quinto. 8 ed. integral. São Paulo: Edições Melhoramentos/ Instituto Nacional do Livro/MEC, 1975.
- VERÍSSIMO, José. *Livro do Centenário*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

*Recebido em 30 de agosto de 2008
Aprovado em 25 de outubro de 2008*